



Data de Cadastro: 27/06/2013 as 17:08:58 alterado em 27/06/2013 as 19:05:30

VIOLÊNCIA

SUS vai registrar casos de agressão por homofobia

Ministério da Saúde já notifica casos de violência contra mulheres, idosos, crianças e adolescentes. Dados são importantes para reformulação de políticas públicas.

O Ministério da Saúde vai tornar obrigatório o registro dos casos de violência por homofobia atendidos na rede pública de saúde. A iniciativa será aplicada a partir de agosto aos estados de Goiás, Minas Gerais e Rio Grande do Sul e, em janeiro do próximo ano, será estendida ao restante do país. O anúncio da obrigatoriedade ocorreu nesta quinta-feira (27) durante o lançamento do Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (Sistema Nacional LGBT), pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Na ocasião também foi apresentado *Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil em 2012*.

O ministro da Saúde Alexandre Padilha, considera que a obrigatoriedade da notificação será uma ferramenta importante de promoção e de garantia de direitos à comunidade LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). Segundo ele, o preenchimento de um formulário pelo profissional que realizou o atendimento vai tornar visível a dimensão real do problema da homofobia. "É fundamental conhecer a magnitude das violências que acometem esta população, identificando quem são as vítimas, quais os principais tipos de violências, locais de ocorrência, a motivação, a oportunidade do uso do nome social, dentre outras informações", afirmou o ministro. Ele explicou que este conhecimento vai servir para a formulação e implementação de políticas públicas de enfrentamento às violências homofóbicas e políticas públicas de atenção e proteção à população LGBT.

O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) já registra os atendimentos de violência contra mulheres, idosos, crianças e adolescentes. O SINAN fornece subsídios para explicações causais dos agravos de notificação compulsória, além de indicar riscos aos quais as pessoas estão sujeitas, contribuindo assim, para a identificação da realidade epidemiológica de determinada área. A Lista de Notificação Compulsória (LNC) é composta por agravos e eventos selecionados de acordo com critérios de magnitude, potencial de disseminação, transcendência, vulnerabilidade, disponibilidade de medidas de controle e compromissos internacionais com programas de erradicação, entre outros fatores.

DOCUMENTO - O Relatório sobre Violência Homofóbica aponta que, em 2012, ocorreram 3.084 denúncias e 9.982 violações de direitos humanos relacionadas à identidade de gênero. Isso representa um crescimento significativo, se comparado ao ano anterior, quando foram registrados 1.159 casos de denúncias de violência e 6.809 violações de direitos. Também houve crescimento de 183% do registro de vítimas de violência por homofobia, subindo de 1.713 para 4.851. A maioria das vítimas (61,16%) tinha idade entre 15 e 29 anos. O documento foi realizado a partir da base de dados do Disque Direitos Humanos, Central de Atendimento à Mulher e 136 da Ouvidoria do Ministério da Saúde.

"O crescimento no número de denúncias mostra a confiabilidade nos sistemas que estamos instituindo e produzindo no Brasil", observou ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário. Segundo ela, o recebimento dessas acusações configura um passo importante porque resulta em atitudes. "Quando recebemos estas denúncias, temos que mover uma rede de proteção e atendimento às vítimas", complementou a ministra.

Para o secretário de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, Jarbas Barbosa, O enfrentamento à violência requer a ação conjunta de diversos setores: saúde, segurança pública, justiça, educação, assistência social. "O SUS vai fornecer dados seguros para que sejam formuladas políticas públicas eficientes, preservando a integridade desta população", ressaltou o secretário.

SISTEMA NACIONAL LGBT: Para qualificar e ampliar o atendimento à população LGBT, familiares, amigos e vítimas da discriminação, além de potencializar ações nas áreas de direitos humanos, segurança pública e assistência social, foi criado o sistema Nacional LGBT. Pretende-se integrar todas as entidades existentes no país, mas que funcionam de forma desarticulada, além de construir um tripé formado pelos conselhos, coordenadorias e planos estaduais e municipais LGBT.

Por Fabiane Schmidt, da Agência Saúde.

Atendimento à Imprensa

(61) 3315 3580 e 3315-2351

Últimas notícias

- 01/07/2013 Dilma defende a vinda de médicos, mas diz que prioridade são brasileiros
- 28/06/2013 Bolsa de residência terá reajuste de 24,8% a partir de 1º de julho
- 28/06/2013 Ministério da Saúde anuncia incorporação de nova vacina no SUS
- 28/06/2013 Província de Andaluzia da Espanha tem interesse em enviar médicos para o Brasil
- 27/06/2013 Coordenador da OMS vai dirigir departamento de Aids

Notícias mais lidas

- 28/06/2013 Bolsa de residência terá reajuste de 24,8% a partir de 1º de julho
- 23/05/2013 Nos últimos dez anos, Brasil tem déficit de 54 mil médicos
- 24/06/2013 Governo Federal vai levar mais médicos para áreas remotas
- 25/06/2013 Governo amplia formação de médicos especialistas
- 21/06/2013 Anunciadas medidas para recuperação de Santas Casas

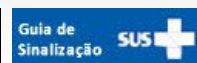
DISQUE SAÚDE**136**

Ouvidoria Geral do SUS.

Ministério da Saúde
Espanada dos Ministérios Bloco G
Brasília-DF / CEP: 70058-900
Telefone: 3315-2425

CARTA SUS

Acessos


webmail.saude.gov.br